

## **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026**

**MAIDA INFOWAY TECNOLOGIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.239.608/0001-36, interpôs, tempestivamente, impugnação acerca do Edital referente ao Pregão Eletrônico citado anteriormente, o qual objetiva a contratação de empresa especializada em instalação e operação de ponto de atendimento em telemedicina para atendimento médico remoto na especialidade de clínica geral destinado ao suporte assistencial ao pronto atendimento do Hospital Municipal Dr. Joaquim Brochado, pelo período de 12 (meses).

### **I- DAS PRELIMINARES**

Preliminarmente, no que concerne à tempestividade da peça processual, cumpre destacar que, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação de impugnações é de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Considerando que a sessão pública está designada para o dia 27/04/2026, o marco temporal final recairia no dia 22/04/2026. Todavia, conforme regras estabelecidas no edital e operacionalização da plataforma eletrônica utilizada, o prazo para protocolo de impugnações encerrou-se automaticamente às 00h do dia 22/04/2026, findando-se, portanto, às 23h59min59s do dia 21/04/2026.

Assim, tendo a peça sido encaminhada apenas em 22/04/2026, resta caracterizada sua intempestividade, uma vez que protocolada após o encerramento do prazo no sistema eletrônico, cuja observância é de responsabilidade exclusiva do licitante.

Não obstante, em observância ao princípio da autotutela administrativa e visando à lisura do certame, passa-se à análise do mérito.

### **II- DAS RAZÕES**

A impugnante fundamenta a sua impugnação na disponibilização inadequada do edital em arquivos PDF digitalizados sem recurso de pesquisa, o que dificulta a análise técnica e jurídica, e na ausência de clareza quanto ao objeto licitado, apontando omissões sobre a incidência de juros e multas por atraso de pagamento, a falta de definição de níveis de serviço (SLA) e métricas de suporte, além de incertezas sobre a forma de atuação do preposto e divergências nos índices de reajuste contratual. Adicionalmente, a impugnante questiona a previsão genérica de "manutenção legal", alegando que a falta de delimitação das adequações exigíveis permite a imposição unilateral de obrigações decorrentes de atos municipais internos ou futuros, o que compromete a previsibilidade de custos, o equilíbrio econômico-financeiro e a formulação de uma proposta competitiva.

### **III – DA ANALISE DO MERITO DA IMPUGNAÇÃO**

Passando a análise do mérito da impugnação, é necessário esclarecer que quanto à alegada inadequação no formato de disponibilização dos anexos do Edital, é imperativo destacar que o ordenamento jurídico pátrio, embora prestigie a transparência e a publicidade através do Art. 54 da Lei nº 14.133/2021, não impõe como requisito de validade que os documentos técnicos possuam recursos de pesquisa textual por camadas (OCR) ou formatos editáveis. A publicidade dos atos licitatórios foi plenamente garantida mediante a inserção do edital e seus anexos no sítio oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), permitindo a leitura e a compreensão integral do conteúdo por qualquer interessado. O excesso de formalismo em relação à natureza do arquivo digital não pode se sobrepor à eficácia do ato que atingiu sua finalidade informativa, não havendo que se falar em cerceamento de defesa ou obstáculo à competitividade, visto que a legibilidade dos documentos foi preservada.

No que tange à suposta ausência de clareza na delimitação do objeto e das métricas de atendimento (SLA), o Termo de Referência observou rigorosamente os requisitos do Art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, apresentando a descrição da necessidade da Administração e os requisitos de qualidade mínima. A definição

de dos níveis de serviço (SLA) específicos para suporte e manutenção, em serviços de telemedicina, deve guardar harmonia com a discricionariedade técnica do órgão contratante, que estabeleceu os parâmetros suficientes para a formulação de propostas exequíveis. A ausência de detalhamento exaustivo de cada severidade de chamado não impede o dimensionamento de custos, uma vez que o escopo principal — o atendimento médico remoto — está devidamente quantificado e qualificado, cabendo às licitantes, em sua expertise de mercado, prever a estrutura operacional necessária para o cumprimento integral do encargo.

Sobre a omissão quanto aos encargos moratórios por atraso de pagamento, tal lacuna editalícia não importa em nulidade, uma vez que o contrato administrativo é regido subsidiariamente pelos princípios da teoria geral dos contratos e pelas disposições de direito privado, conforme o Art. 89 da Nova Lei de Licitações. A incidência de juros de mora e correção monetária é imperativo legal derivado da vedação ao enriquecimento sem causa da Administração Pública e está assegurada pela Constituição Federal e pela legislação civil vigente. Assim, a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a reparação por eventual mora estatal são direitos subjetivos do contratado que independem de transcrição literal em cláusula editalícia específica para serem exercidos.

Relativamente aos critérios de reajuste contratual e definição da data-base, o instrumento convocatório e a minuta do contrato guardam estrita consonância com o Art. 92, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, que exige a previsão de índice de reajustamento de preços. A definição do índice IPCA ou similar reflete a variação de preços de mercado de forma justa e transparente. A contagem do interregno de 12 (doze) meses para a aplicação do reajuste, conforme pacificado pelo Tribunal de Contas da União e pela norma legal, retroage à data do orçamento estimado ou à data da apresentação da proposta, conferindo a previsibilidade financeira necessária. Questionamentos sobre a justificativa técnica de índices gerais em detrimento de setoriais inserem-se no âmbito da conveniência administrativa, não

configurando ilegalidade, desde que o índice adotado seja apto a preservar o valor real da contraprestação.

Por fim, quanto à exigência de adaptação a mudanças legislativas e atuação do preposto, tais obrigações decorrem da própria natureza mutável do serviço público e do poder de alteração unilateral do contrato pela Administração, previsto no Art. 104, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A obrigação de manter o sistema atualizado frente a novas regulamentações de saúde e gestão pública é inerente ao risco do negócio em contratos de tecnologia e saúde. Da mesma forma, a atuação do preposto, conforme o Art. 118 da citada lei, visa assegurar a comunicação direta e eficiente com a fiscalização contratual. A Administração, ao não definir a obrigatoriedade de presença física contínua, concede margem de liberdade para que a contratada otimize sua operação, desde que garantida a representação eficaz durante a execução do objeto, não havendo, portanto, qualquer vício de incerteza que comprometa a competitividade do certame.

Diante do exposto, esta Administração decide pelo **NÃO CONHECIMENTO** da impugnação por ser intempestiva e, no mérito, pelo seu **INDEFERIMENTO TOTAL**, mantendo-se o edital em seus exatos termos.

Publique-se.

Dê-se ciência à impugnante.

Unai/MG, 24 de abril de 2026.

Kamilla de Almeida Ramos  
Pregoeira